



24° ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

**CLASSE, RAÇA, GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL:
CATEGORIAS DE ANÁLISE EM ESTUDOS DE USUÁRIOS NOS ARQUIVOS**

***CLASS, RACE, GENDER AND SEXUAL ORIENTATION:
CATEGORIES OF ANALYSIS IN USER STUDIES IN ARCHIVES***

Rafael dos Santos Werhli – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Rodrigo Silva Caxias de Sousa – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Leolíbia Luana Linden – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Os usuários, nos últimos anos, têm se tornado agentes centrais para as práticas dos arquivos e para os próprios paradigmas surgidos na Arquivologia contemporânea. Porém, nem todos partem da mesma realidade material e subjetiva para acessarem espaços como o próprio arquivo, pois ao analisar a realidade por meio do materialismo histórico e dialético, sob o viés da conexão entre classe, raça, gênero e orientação sexual, percebemos que os indivíduos, no capitalismo, possuem oportunidades desiguais para a efetivação de direitos. Portanto, compreendendo o papel do arquivo em garantir a justiça social, a presente pesquisa tem como objetivo demonstrar a importância das categorias sociais de classe, raça, gênero e orientação sexual em estudos de usuários nos arquivos para identificar se essas categorias, também, podem contribuir para o não acesso aos arquivos. Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica que sustente a indicação das categorias sociais utilizadas no estudo de usuário de caráter social. Também, por meio de estudo de caso, aplicamos um questionário baseado nestas categorias aos usuários consulentes do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Demonstrou-se que há diversas potencialidades na utilização de categorias sociais para a caracterização do perfil de usuários de arquivo, pois, através dos dados coletados, foi possível mensurar se a falta de acesso ao arquivo pode estar relacionada com as desigualdades estruturais observadas na sociabilidade contemporânea, auxiliando também na elaboração de alternativas que possam superar essa realidade.

Palavras-chave: Arquivologia; estudo de usuário; justiça social.

Abstract: In recent years, users have become central agents for archival practices and for the very paradigms that have emerged in contemporary archiving. However, not everyone starts from the same material and subjective reality to access spaces such as the archive itself, because when we analyze reality through historical and dialectical materialism, under the bias of the connection between class, race, gender and sexual orientation, we realize that individuals, in capitalism, have unequal opportunities for the realization of rights. Therefore, understanding the role of the archive in

guaranteeing social justice, this research aims to demonstrate the importance of the social categories of class, race, gender and sexual orientation in user studies in archives to identify whether these categories can also contribute to non-access to archives. To this end, bibliographical research was carried out to support the indication of the social categories used in user studies of a social nature. We also used a case study to apply a questionnaire based on these categories to users consulting the Public Archives of the State of Rio Grande do Sul. It was shown that there is a lot of potential in using social categories to characterize the profile of archive users, because the data collected made it possible to measure whether the lack of access to archives may be related to the structural inequalities observed in contemporary sociability, and also to help develop alternatives that can overcome this reality.

Keywords: Archivology; user study; social justice.

1 INTRODUÇÃO

Para identificar o papel que os arquivos desempenham, efetivamente, na sociedade, tendo consciência de sua relevância ou potencial relevância enquanto instrumento de justiça social, é de suma importância que tenhamos conhecimento sobre o perfil dos indivíduos que acessam estes espaços: os usuários.

Jardim *et al.* (2004, p. 1), em consonância com outros autores da área, reflete sobre a necessidade de “[...] partirmos do modelo ‘arquivos direcionados para os arquivistas’ para ‘arquivos direcionados para os usuários’. É cada vez mais ressaltado que arquivistas não servem aos arquivos, mas à sociedade e seus diversos agentes”.

A partir dessa perspectiva voltada ao usuário, coloca-se a importância de aprofundarmos os estudos de usuários na área da Arquivologia, tendo em vista que há diversos tipos de usuários com características e demandas específicas entre si. Isso é, compreender o acesso, que constitui parte incontornável da função social dos arquivos, passa, necessariamente, por compreender os usuários de arquivos. Entretanto, nem todos os indivíduos partem de uma mesma condição material e subjetiva para exercerem suas vontades e garantirem seus direitos, o que pode afetar, também, o acesso à informação arquivística.

Pois, ao analisar o modo de produção capitalista a partir do método materialista histórico e dialético, é possível identificar diversos tipos de contradições necessárias a reprodução desta forma de sociabilidade (Marx; Engels, 2009), que geram antagonismos entre grupos sociais que, por sua vez, resultam em desigualdades concretas que grupos sociais específicos vivem de forma mais aprofundada.

Isso é, na nossa realidade, a classe, a raça, o gênero e a orientação sexual são elementos fundamentais para compreender as discriminações e desigualdades estruturais resultantes de contradições criadas pelo próprio modo social de relação contemporâneo (Almeida, 2020). Neste aspecto, a autora Collins (2015), significativa pensadora do feminismo negro, traz importantes contribuições ao identificar a raça, classe e gênero enquanto categorias que se conectam e se materializam na realidade, estruturando um leque expressivo de relações sociais.

Ao debater o contexto de criação e utilização dos documentos fundamentando-se justamente em teorias críticas que reconhecem as desigualdades supracitadas, Tognoli e Rocha (2021) exploram o conceito de justiça social, que, segundo a autora, “[...] é bastante pertinente à realidade arquivística tendo em vista suas funções sociais e a ética do fazer arquivístico” (Tognoli; Rocha, 2021, p. 5).

Neste mesmo sentido, a autora irá utilizar o referido conceito para refletirmos sobre o potencial que os arquivos e arquivistas possuem na garantia de direitos, na promoção da transparência e na construção da memória e afirma que, frente a este cenário, “[...] faz parte da responsabilidade social do arquivista promover e manter a justiça social, apoiar iniciativas, assumir posições políticas e criar possibilidades de garantias de direito e acesso” (Tognoli; Rocha, 2021, p. 5).

Nessas condições, os indivíduos socialmente e economicamente discriminados em nossa realidade partem de diferentes contextos e, por essa razão, podem possuir oportunidades distintas para, entre outras coisas, acessar determinados espaços, reproduzindo-se, desta forma, desigualdades. Surge, desta forma, a seguinte questão: afinal, qual perfil dos sujeitos que possuem a oportunidade de acessar os arquivos no contexto desigual da sociabilidade contemporânea brasileira?

O objetivo desta pesquisa reside em demonstrar a importância das categorias de classe, raça, gênero e orientação sexual em estudos de usuários sob a perspectiva da justiça social para compreender o perfil dos indivíduos que acessam e que não acessam o arquivo, por meio de estudo de caso no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

2 ARQUIVOLOGIA E ESTUDO DE USUÁRIO

Do ponto de vista histórico, as discussões que possuem como objeto principal de pesquisa o acesso aos usuários de arquivo é muito recente. Isso se deve a diversos fatores, mas que principalmente estão ligados ao fato do arquivo, por muitos séculos, dar prioridade à custódia dos documentos, e ter o acesso como algo restrito a poucas pessoas.

Contudo, frente às mudanças sociais no que tange aos direitos do cidadão, aos direitos humanos, ao desenvolvimento tecnológico e ao “boom” informacional do pós segunda guerra mundial, surge a Arquivologia Contemporânea (Schmidt, 2012) e os debates em torno do acesso e difusão nos arquivos voltadas ao usuário ganham maior profundidade.

Neste cenário onde os usuários de arquivo ganham um certo grau de destaque na teoria e prática arquivística, ainda que incipiente em comparação a outras pesquisas na área, compreender quem são os usuários de arquivo, como acessam e porque acessam é de suma relevância. Para Vitoriano, Leme e Casarin (2020, p. 156), nos últimos anos “[...] percebeu-se que os usuários merecem a atenção e o cuidado para que sejam atendidos, de forma que sejam respeitados os princípios da arquivística, bem como suas funções primordiais”.

Mas é, efetivamente, a partir dos anos 2000 que os debates teóricos sobre os usuários de arquivo, tendo a Ciência da Informação (CI) enquanto referencial teórico, ganham mais fôlego em relação ao período anterior, ainda que com muitas limitações, como observa Jardim e Fonseca (2004). Na contemporaneidade, “[...] a discussão sobre os ‘usuários’ em arquivos é percebida como de grande relevância, partindo da percepção de que os profissionais arquivistas não trabalham apenas para os arquivos, mas também para seus usuários” (Vitoriano; Leme; Casarin, 2020, p. 156).

Nessa direção, entender quem são as pessoas que acessam os arquivos se torna fundamental já que “[...] assim se tem a oportunidade de conhecer as necessidades e expectativas dos usuários, bem como formá-los e fidelizá-los, de modo escolher a melhor maneira de divulgar o arquivo” (Cé; Pedrazzi, 2011, p. 79).

Jardim e Fonseca (2004, p. 7) no sentido de buscar aprofundar esse conhecimento afirma que “Talvez inspirados nos antropólogos que pesquisam sua própria sociedade, possamos buscar um exercício de alteridade, de reconhecimento deste outro sujeito do processo informacional com o qual lidamos cotidianamente, direta ou indiretamente, no espaço de um arquivo real ou virtual”.

No sentido terminológico, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2013, p. 169), afirma que usuário é a “Pessoa física ou jurídica que consulta arquivos. Também chamada consulente, leitor ou pesquisador”. Já o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ, 2022), ao conceituar o que é o usuário realiza duas divisões ao atribuir interesses distintos entre eles: usuário interno, que possui interesse em pesquisar para o usuário e para difusão, e o usuário externo, subdivido entre cidadão e Estado. O usuário cidadão pode pesquisar por 1) interesse na defesa dos direitos; 2) interesse na produção acadêmica/científica e 3) em produzir atividades culturais. Já o usuário na forma do Estado pesquisa por informações para decisões político administrativas.

Tarraubela (*apud* Fugueras, 1998) irá caracterizar, entre outros, o cidadão em geral, que não necessariamente terá formação acadêmica, pouco acessa o arquivo, que não possui conhecimento sobre as técnicas de pesquisa no acervo e que, geralmente, consulta documentos de caráter administrativo. Bellotto (2006) irá denominá-lo enquanto cidadão-comum, “[...] o cidadão não-graduado, o aposentado, a dona-de-casa, à procura de cultura em geral, de entretenimento, campos em que pode haver lugar para o conhecimento da história” (Bellotto, 2006, p. 28).

Percebe-se, desta forma, que os Estudos de Usuários no âmbito da Arquivologia teorizam sobre a existência de uma importante diversificação nas características e demandas informacionais dos usuários. Isso não se dá por acaso, já que com o desenvolvimento de paradigmas voltados à difusão e acesso novos tipos de usuários e demandas surgem. Isso é, percebe-se que usuários para além dos agentes públicos e pesquisadores começam a acessar os arquivos e serem conceituados pela literatura. Entretanto, na prática, podemos observar essa diversidade entre os usuários?

3 CATEGORIAS DE ANÁLISE SOBRE A OPRESSÃO E A JUSTIÇA SOCIAL NOS ARQUIVOS

O arquivo pode ser entendido como uma instituição à serviço da população, pois se não é consultado, sua própria existência deixa de fazer sentido. Porém, como em grande parte das instituições, há diversas dificuldades para que as pessoas acessem, de fato, esses espaços. Mas, afinal, o que geram esses impeditivos? Para refletir sobre o acesso, ou a falta dele, para compreender o perfil dos usuários, analisaremos a sociedade sob a perspectiva materialista

histórica e dialética (Marx; Engels, 2009), sob o prisma das opressões de classe, raça, gênero e orientação sexual imbricadas (Collins, 2015).

A concepção materialista histórica e dialética, desenvolvida fundamentalmente por Karl Marx e Friedrich Engels, nos dá importantes subsídios para compreender as desigualdades de classe observadas durante a história, mas que se complexificam e se aprofundam no capitalismo. O método se baseia “[...] no desenvolvimento do processo real da produção, partindo logo da produção material da vida imediata e na concepção da forma de intercâmbio intimamente ligada a esse modo de produção e por ele produzida [...]” (Marx; Engels, 2009, p. 57-58).

Partindo do processo real de produção, e compreendendo os diferentes modos de produção como determinantes para a condição de vida material e subjetiva dos sujeitos, demonstra que nossa sociedade está dividida entre classes dominantes e exploradas, que no capitalismo toma a forma de burgueses e trabalhadores. Entre estes, há uma relação antagônica e desigual, já que um possui os meios de produção, o poder político e o poder econômico e o outro apenas sua força de trabalho para vender ao primeiro. Enquanto um domina e enriquece, o outro trabalha e sobrevive.

Entretanto, Almeida (2012, p. 60) alerta que as disputas que decorrem das condições de classe dos indivíduos não são os únicos conflitos existentes no capitalismo, pelo contrário, “[...] entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo, visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual”.

O capital se apropria de discriminações antes existentes e criar formas de dominação para reproduzir as condições de sua própria existência. Isso pois, muito mais do que somente características econômicas baseada na detenção ou não dos meios de produção, as classes são formadas por indivíduos que possuem raça, etnia, gênero, orientação sexual, credo etc, caracterizados sociologicamente enquanto “minorias” (Almeida, 2012).

Segundo Almeida (2012, p. 114) “para entender as classes em seu sentido material, portanto, é preciso, antes de tudo, olhar para a situação real das minorias”. Ou seja, para compreendermos as desigualdades no capitalismo através de uma perspectiva materialista, histórica e dialética, as diversas características sociais e econômicas dos indivíduos devem ser

analisadas, pois todas elas irão ser determinantes para compreender sua sociabilidade, tanto em termos individuais quanto coletivos.

Collins (2015, p. 15) reflete que, neste sistema de opressão múltiplo, “[...] raça, classe e gênero como categorias de análise são fundamentais para nos ajudar a entender as bases estruturais de dominação e subordinação”. A autora sugere que as opressões podem atingir indivíduos de diferentes formas por conta de inúmeros fatores, como contexto social, cultural, político, geográfico etc., mas que apesar de serem estruturalmente distintas, essas categorias estão imbricadas. Ou seja “[...] raça, classe e gênero estão conjuntamente presentes em qualquer cenário, mesmo que pareça ser mais visível e proeminente em uns que em outros” (Collins, 2015, p. 19).

Gonzalez (2020) parte dessas três categorias para analisar o contexto brasileiro de desigualdades. A autora, além de realizar uma análise histórica que resgata as condições da população negra desde o processo de escravização até a contemporaneidade, identifica a existência concreta de uma discriminação ocupacional (Gonzalez, 2020). Isso é, estruturalmente é possível constatar que “[...] é bastante acentuado o diferencial de renda entre brancos e negros, mesmo possuindo igual nível educacional” (Gonzalez, 2020, p. 31).

Para as mulheres negras essas opressões são ainda mais profundas, já que, conforme Gonzalez (2020), um processo de tríplice discriminação é imposta levando em consideração sua raça, classe e gênero. Fato este que determina a própria localização da mulher negra nas piores condições de trabalho em comparação aos homens, brancos e pretos, e as mulheres brancas, corroborando com a importância de se pensar na própria divisão sexual do trabalho a partir da desigualdade racial.

A dupla discriminação que incide em desigualdades de classe e raça que homens negros sofrem, e tríplice discriminação de classe, raça e gênero que mulheres negras são vítimas, não são resultados apenas da ação individual de um indivíduo específico, nem produto de natureza biológica, mas sim resultado de um complexo sistema de opressões materiais e subjetivas, que Almeida (2012) denomina enquanto racismo estrutural. Nesse sentido, “[...] o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (Almeida, 2012, p. 34).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023) corroboram

com estas perspectivas teóricas e comprovam, estatisticamente, que trabalhadores, negros e negras, mulheres e LGBTQIA+ possuem piores condições de vida e menos acesso a direitos, como trabalho, moradia, saúde, educação etc.

Portanto, analisar a realidade partindo da articulação entre o método materialista histórico e dialético e as perspectivas que conectam classe, raça, gênero e orientação sexual se torna muito qualitativo para refletir sobre a potencialidade dos arquivos em relação a suas atribuições sociais. Isso porque, reconhecem a existência de desigualdades e a histórica opressão que determinados grupos de indivíduos sofrem, revelando ainda mais a importância de se pensar qual o papel que o arquivo vem exercendo para com seus usuários que, inseridos nessa realidade desigual, ainda sim se constituem enquanto agentes centrais para justificar a própria existência dos arquivos. O conceito de justiça social nos arquivos se propõe a demonstrar esse potencial a partir de teorias críticas, “[...] especificamente, na abordagem pós-moderna da Arquivologia, valendo-se dos estudos sobre as teorias críticas como o feminismo, a teoria crítica da raça, as questões indigenistas, o pós-colonialismo e a descolonização” (Tognoli; Rocha, 2021, p. 6).

É justamente frente a essa perspectiva da história concreta que percebemos que as informações arquivísticas, se demandadas e acessadas, são valiosos instrumentos que podem vir a diminuir ou amenizar as desigualdades que atravessam estruturalmente usuários e não usuários. Para Tognoli e Rocha (2021, p. 5) essa reflexão parte da “[...] resignificação do poder do arquivo e de seus documentos enquanto partícipes na construção da memória, na prestação de contas e na promoção de justiça social [...], tensionando [...] arquivistas a adotarem uma missão social mais ativa ao receberem em seus arquivos documentos cujas vozes das minorias possam ser ouvidas” (Tognoli; Rocha, 2021, p. 5).

Pode-se perceber, desta forma, que esta discussão se dá a partir do reconhecimento das relações de poderes construídas socialmente que, além de outras coisas, constituem a própria forma institucional do arquivo e o papel das informações de seus documentos. Ou seja, instiga a “[...] compreender como o poder opera em todas as suas formas, no contexto de criação dos de arquivo, nas funções arquivísticas e na formação das instituições” (Tognoli; Rocha, 2021, p. 6).

Dessa forma, revela-se a importância de pensarmos os arquivos voltados aos usuários a partir também das perspectivas críticas, que, cada vez mais, estão sendo utilizadas pela Arquivologia. Logo, para que o arquivo se constitua enquanto instrumento de garantia de

direitos e de resgate de histórias das populações marginalizadas, é importante identificar se os indivíduos que são atravessados por essas categorias sociais que revelam desigualdades acessam, de fato, estes espaços, e nesse sentido, os estudos de usuários baseados nestas categorias podem se constituir enquanto instrumentos fundamentais.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023) corroboram com estas perspectivas teóricas e comprovam, estatisticamente, que essas categorias incidem em piores condições de vidas e menos acesso a direitos, como trabalho, moradia, saúde, educação etc. Portanto, partir dessas reflexões para se pensar as atribuições sociais dos arquivos em relação ao acesso, é importante, já que reconhecem a existência de desigualdades históricas que determinados indivíduos sofrem, revelando ainda mais a importância de se pensar em qual o papel que o arquivo vem exercendo na promoção da justiça social. Dessa maneira, para que o arquivo se constitua enquanto instrumento de justiça social, é importante identificar por meio de estudo de usuário se os indivíduos que possuem esses marcadores sociais e econômicos que revelam desigualdades, acessam, de fato, estes espaços.

4 METODOLOGIA

O objetivo do estudo é de caráter exploratório pois pretende [...] proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013, p. 51-52) e a abordagem é de método qualitativo.

O procedimento técnico para execução do objetivo se deu por meio de pesquisa bibliográfica, que foi realizada através da revisão da literatura narrativa, ou seja, descrevemos e discutimos [...] o desenvolvimento ou o estado da arte de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual (Rother, 2007). Dessa forma, buscou-se demonstrar a relevância técnica e social de utilizar categorias sociais para traçar perfis de determinadas populações a fim de evidenciar desigualdades, demonstrando a importância, neste sentido, em realizar a caracterização dos usuários por meio de categorias sociais de classe, raça, gênero e orientação sexual.

Para visualizarmos na prática a relação entre as categorias de análise - classe, raça, gênero e orientação sexual - e o acesso aos arquivos, realizamos um Estudo de Caso

(Prodanov; Freitas, 2013) no APERS. Para caracterizar o perfil dos usuários e não usuários da instituição, através de suas características sociais e econômicas, a estratégia adotada foi através de questionário, elaborado e aplicado aos usuários consulentes do APERS. As categorias utilizadas para formular as perguntas do questionário se basearam nas expressas pela literatura apontada na pesquisa, sendo elas: classe¹, raça, gênero e orientação sexual.

O contato com os usuários do APERS se deu através do envio do questionário criado a partir do Google Forms e foi enviado por e-mail, onde, além do questionário, havia um breve texto contextualizando a presente pesquisa e seus objetivos. Para pesquisar no acervo da instituição, todos usuários devem realizar seu cadastro junto ao setor chamado de Sala de Pesquisa, chefiado pelo Núcleo de Atendimento e Apoio à Pesquisa, bem como preencher um termo de responsabilidade. O questionário foi enviado para os profissionais responsáveis pela Sala de Pesquisa do APERS, que encaminharam via e-mail para os usuários cadastrados. O questionário foi enviado duas vezes num período de 20 dias, no mês de fevereiro de 2023. Segundo o retorno dado pela Sala de Pesquisa, cerca de 30 e-mails foram enviados. Desta amostragem, 13 usuários responderam o questionário. Merece destaque que não temos uma sistematização de maiores dados sobre outros usuários além desse cadastro, que resultou no envio dos e-mails. Entendemos, portanto, que é um tema a ser estudado e aprofundado em futuros estudos de usuários no âmbito da referida instituição.

5 RESULTADOS

Os resultados alcançados através da pesquisa evidenciam que 46,2% dos usuários responderam que recebem mais de 5 a 10 salários mínimos mensais, enquanto 23,1% recebem mais de 1 a 2 salários mínimos e 15,4% recebem mais de 1/2 salário mínimo. Mais de 2 a 3 salários mínimos e mais de 10 a 20 salários mínimos recebem 7,7% cada. Somando os dados dos maiores rendimentos, nota-se que a maioria dos usuários, 53,9%, possuem rendimentos acima de 5 salários mínimos.

Os dados obtidos trazem evidências expressivas, na medida em que demonstram uma preponderância de usuários de arquivo que em termos de renda não se encontram em situação de vulnerabilidade econômica, revelando traços de exclusão e elitismo que podem

¹ Para identificar a classe, analisamos a condição de renda dos usuários, já que isto também determina, em alguma medida, sua condição de poder ou privilégios dentro de uma mesma classe.

ser perpetuados, também, nos arquivos. Nesse sentido, a condição de classe e o grau de exploração de cada indivíduo são determinantes para, entre outras coisas, estabelecer as condições para o acesso às informações contidas nos documentos arquivísticos.

Isso pois, quanto mais explorado e pauperizado um trabalhador é, menos tempo e recurso financeiro terá para fazer outras coisas que não coisas relacionadas com seu próprio trabalho. Pois, se por um lado há acúmulo de riqueza, apropriada pela classe dominante, por outro lado há exploração e pobreza para a classe trabalhadora, que emprega uma parte do dia de trabalho para cobrir o custo do seu sustento e de sua família (salário); durante a outra parte do dia, trabalha gratuitamente, criando para o capitalista a *mais-valia* (Lênin, 1977).

Além disso, a noção sobre a própria existência do arquivo e suas utilidades são muitas vezes inexistentes para grande parte da população trabalhadora pobre, já que a consulta de documentos para fins de (re)conhecimento histórico ou para a garantia de direitos para quem muitas vezes não acessa nem a educação básica não é uma realidade. Portanto, quanto mais explorado e, portanto, vulnerável economicamente, menos condições estruturais para acessar os arquivos terá o usuário.

Referente ao gênero dos usuários, 76,9% dos usuários se identificaram com o gênero masculino, enquanto apenas 23,1% se identificaram com o gênero feminino, demonstrando uma preocupante desigualdade entre os gêneros também no acesso aos documentos. Relacionado à orientação sexual dos respondentes, 100% se identificaram enquanto heterossexuais, não havendo diversidade na orientação sexual entre os usuários que participaram da pesquisa.

Pois novamente, se ao observamos a posição de mulheres na sociedade em relação ao trabalho (conexão entre classe e gênero), constataremos que, em comparação aos homens, se encontram nas piores condições de trabalho e recebem as piores remunerações, mesmo que estejam em cargos iguais e desempenhem as mesmas atividades.

Além disso, são sob as mulheres que recaem praticamente todo o trabalho doméstico não remunerado (IBGE, 2021), bem como o desempenho do papel de mãe e pai simultaneamente na criação dos filhos, dificultando, estruturalmente e como demonstram os dados obtidos, que mulheres partam das mesmas condições que homens para acessar, entre outras coisas, o arquivo.

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

A comunidade LGBTQIAPN+ nem mesmo aparece através dos dados obtidos, pois ao serem vítimas de uma violência sistemática contra suas vidas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023), conseqüentemente, enfrentam dificuldades em relação ao acesso a direitos.

Quanto à raça dos usuários, 100% dos usuários que responderam o questionário se identificaram enquanto brancos. Isso é, do universo de usuários participantes da pesquisa, permitindo a constatação de que também não há diversidade de cor, já que nenhum se identifica enquanto preto, pardo, indígena ou amarelo.

Os dados obtidos evidenciam um acesso majoritariamente de usuários brancos ao arquivo. A raça, como vimos, é um fator que determina a sociabilidade em termos individuais e coletivos. Ser um homem negro ou uma mulher negra na sociabilidade contemporânea é ser, constantemente, excluído e invisibilizado dos espaços de reflexão, decisão e debate. Pois quando conectado com outras categorias de opressão, como classe e gênero, observa-se que pessoas racializadas são, historicamente, as mais impactadas pelas desigualdades, como reflete Gonzales (2020) ao utilizar a categoria de processo tríplice de discriminação.

É de conhecimento geral que inclusive nos arquivos existem fundos documentais que comprovam e trazem à tona parte da história de violência que essas populações foram vítimas durante a história. E como visto, os arquivos, sob a perspectiva da justiça social, existem também para estimularem a conscientização e o reconhecimento através dos documentos. Portanto, os dados obtidos nesta pesquisa servem também para refletir que se não há negros e negras consultado os documentos, presume-se que não esteja sendo efetivada a justiça social em sua plenitude.

Por meio dos dados, por fim, foi possível identificar a falta de representatividade de pessoas negras, pardas, indígenas, amarelas, homossexuais, bissexuais com outra orientação sexual ou que não se identificam com nenhuma e pessoas com rendimento de até 1/2 salário mínimo entre os usuários.

Portanto, o estudo de usuários nos arquivos sob a perspectiva da justiça social pode contribuir em mudanças estratégicas no próprio sentido de ser do arquivo, já que esses dados possuem a potencialidade de identificar desigualdades no acesso e de auxiliar na ruptura entre um arquivo para poucos e um arquivo de acesso democrático, plural e diverso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou demonstrar a importância da utilização das categorias de análise de classe, raça, gênero e orientação sexual para a realização de estudos de usuários no âmbito dos arquivos, sob a perspectiva da justiça social.

Buscamos compreender, num primeiro momento, sobre o desenvolvimento dos arquivos e da Arquivologia inclinados a uma perspectiva de acesso, onde usuários se tornam agentes centrais tanto para a compreensão de fenômenos do ponto de vista teórico, quanto para a prática dos arquivistas contemporâneos, o que responde ao fato dos estudos de usuários começarem a também ganhar espaço na área.

Entretanto, vimos como trabalhadores, negros e negras, mulheres e LGBTQIA+ são vítimas de desigualdades criadas por um complexo sistema de exploração e opressão. O debate sobre a justiça social, muito embasado em perspectivas feministas e antirracistas, reconhece tais desigualdade e que permite a proposição de que arquivistas façam valer a função social dos arquivos, tanto teoricamente quanto na prática, por meio de discussões e ações que visem reparar injustiças cometidas contra as populações historicamente marginalizadas, tendo como cerne das suas ações a possibilidade de dar voz a elas.

Mas como saber se essas populações efetivamente acessam os arquivos e, portanto, se o arquivo desempenha sua função social? Como observado, características de classe, raça, gênero e orientação sexual se tornam, em nossa realidade, impeditivos para a efetivação de direitos. Pois se recebem os piores salários, não possuem emprego ou estão em empregos precarizados, acessam em condições desiguais a educação, segurança, moradia, saúde, etc., como acessarão os arquivos? E se acessam, como verificar isso?

O estudo de usuários sob a perspectiva da justiça social se constitui em alternativa pujante para a compreensão de tais fenômenos. Como observado nos resultados obtidos, houve pouquíssima diversidade de classe, raça, gênero e orientação sexual entre os usuários que responderam o instrumento de pesquisa. Esses elementos permitem projetar que mais do que nunca, torna-se extremamente necessário pensarmos em métodos para averiguar se as populações que estruturalmente são oprimidas acessam os arquivos.

Essa pesquisa, se constituiu em uma primeira aproximação acerca dessa discussão, de tal forma que não pretendeu esgotar problematizações em torno de um tema tão complexo e urgente. Pelo contrário, pretendeu estimular o debate e a aplicação dos estudos de usuários

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

nos arquivos, a partir da articulação de discussões sociais que se materializam em objetos de estudo da Arquivologia, visando identificar se, efetivamente, as instituições arquivísticas são acessadas por quem, historicamente, não acessa nem os direitos básicos.

Portanto, observa-se que há diversas potencialidades nos Estudos de Usuários sob a perspectiva da justiça social, tanto para realizar a análise sobre o perfil dos usuários e o acesso, mas também, e fundamentalmente, para, através desses dados, pensar em estratégias que rompam com as dificuldades criadas a partir dos contextos de desigualdades, visando democratizar e ampliar o acesso ao arquivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. (Publicações técnicas-AN, n. 51) Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf. Acesso em: 5 out. 2023.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/01/reflex%C3%B5esepraticasdetransforma%C3%A7%C3%A3ofeminista-1.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Dica do Conarq! Estudo de usuários. Brasília: CONARQ, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-deconteudo/infograficos/copy_of_Infografico_estudodeusuarios.jpg. Acesso em: 1 dez. 2022

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

FUGUERAS, Ramón Alberch. **Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: UOC, 2003. Disponível em: <https://www.torrossa.com/gs/resourceProxy?an=2518307&publisher=FZW977>. Acesso em: 8 dez. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

IBGE. Coordenação de Comunicação Social. Estatísticas Sociais. Estatísticas de Gênero: ocupação das mulheres é menor em lares com crianças de até três anos. **Agência de Notícias IBGE**. Rio de Janeiro, 4 mar. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>. Acesso em: 6 set. 2023.

IBGE. Coordenação de Comunicação Social. Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento. **Agência de Notícias IBGE**. Rio de Janeiro, 11 nov. 2022. Editoria Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>. Acesso em: 6 set. 2023.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila Kahl. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero**, Brasil, v. 5, n. 5, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5671>. Acesso em: 5 out. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich Engels. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2022.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 5 out. 2023.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; ROCHA, Gustavo Maçulo de Queiroz. A justiça social na Arquivologia: uma revisão de literatura. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 31, n. 63, p. 1–23, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/987>. Acesso em: 2 set. 2023.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin; LEME, Thalita Fernanda; CASARIN, Helen de Castro Silva Casarin. Estudos de usuários em arquivos: panorama dos relatos de experiência publicados em periódicos nacionais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 154–174, 2020. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1612>. Acesso em: 5 out. 2023.